

Ata da Reunião Ordinária do mês de Maio de 2021 do CEDM/PR

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, por web conferência; **Abertura** – A Secretária Executiva Fernanda Marchione, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as presentes, informa que o link da lista de presença se encontra disponível no chat, sendo que este documento de assinatura é um documento oficial para a confirmação de presença e faz a chamada inicial; **Conselheiras Representantes Governamentais:** Titular: Jussara Fatima Ribeiro – SEAS; Titular: Dineia Alves de Freitas - SETI; Titular Ana Claudia Machado – SESP; Titular: Kamila Conte Kunz – SEDU; Titular: Ana Zaiczuk Raggio – SEJUF/DEDIF; Suplente: Michelle Leite Carolo - SEET; Titular: Carolina Bolfe Poliquesi – SESA; Titular: Regina Célia Vítório – SEED; Titular: Joseli Collaço – Casa Civil; Titular: Camila Aração – SEDEST; **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Correa – UBM; Titular: Carmen Regina Ribeiro – RFS; Eunice Teiko – CUT/PR; Titular: Terezinha Andrade Possebom – HUMSOL; Titular: Gabriela Storgatto – Grupo Dignidade; Titular: Clarice Weisheimer – FETEC; Titular; Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR; Titular: Rosalina Batista – ASSEMPA; Suplente: Silvana Rausis Fcachenco – FAMOPAR; Titular: Tania Cristina de Castro Ribeiro – CIAF; Titular: Celia da Silva Leonardo – RMN/PR; Suplente: Marcia Aparecida de Oliveira – APP; Titular: Fabiane Kravutschke Bogdanovicz – CRP; Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich – FETEC; **Colaboradores e Convidados:** Silvane A F Farah – DGDM/SEJUF; Helena de Souza Rocha – OAB-PR; Ana Paula Gorgen - Procuradoria da Mulher – ALEP; Janaina de Oliveira Plasido – MP; Bruna Kisel; Emanoele Cristina da Costa – SindSaúde-PR; Paula Rocha Silva – SESA; Juliana Heindyk Duarte – CMP/DEPEN; Elza Maria Campos – UBM; Gabrielle Viana Collatusso – DGDDM/SEJUF; Patricia Marafon Silva – CIAF; Vitória de Castro – CIAF; Tamires Roza de Jesus Costa – DAS/SEJUF; item um; **1) Boas Vindas da Presidente:** A Presidente Maria Isabel inicia a reunião cumprimentando a todas as presentes, ela diz que tem quarenta e quatro anos de luta feminista, que a entidade que coordena no Paraná, a União Brasileira de Mulheres, tem trinta e três anos de luta feminista emancipacionista, ela diz que nunca tiveram tanta clareza da tipificação das violências - herança de um colonialismo escravocrata e patriarcal, clareza das violências somadas ao racismo estrutural, à luta de classes, aos privilégios, às desigualdades de gênero, que no Paraná, é vergonhosa a taxa de feminicídios, como no caso da advogada Tatiane Spitzler, cujo júri popular foi palco de exposição de tantas violências de gênero, inclusive institucional, porque o Estado (Judiciário) permite o teatro do absurdo dos advogados de defesa do assassino, ela diz que, sobre as declarações do advogado, que vai pedir a anulação do julgamento, o Coletivo de Advogadas e Advogados pela Democracia, consultado informalmente, considera que não cabe recurso de apelação à decisão do júri, pois medidas restritas às jurisprudência atual, é muito rigoroso o entendimento sobre prova manifestamente contrária aos Autos - princípio da soberania dos vereditos conforme a Constituição Federal, que a dosimetria da pena tem chance de ser revista, mas nesse caso a defesa, ao pedi-la, aceita a condenação, que os jurados responderam "sim" ao quesito um, sobre materialidade, ela diz que responderam "Sim" ao quesito dois, autoria e "não" ao quesito três, sobre absolver o réu, que, com base nessas

informações, só podem clamar que a soberania dos veredictos seja respeitada rigorosamente, que é o que esperam do Sistema Judiciário, que aja com imparcialidade dentro da legalidade, ela diz que ainda esta semana, amanhã, dia doze de maio, será o julgamento do monstro que há quase treze anos assassinou a menina Rachel Lobo Genofre, de apenas nove anos, que durante esses quase treze anos, implantaram-se poucas políticas públicas que garantam a segurança das nossas meninas à liberdade de ir e vir nas cidades do Paraná, que esse julgamento, numa sociedade dita "desenvolvida", mas que ataca de forma selvageria aquelas que mais deveria proteger, que o posicionamento misógino, machista e patriarcal de figuras públicas notórias, ajuda a construir uma nova "moral", onde se permite usar relações de poder para privilegiar a dominação de classe, de gênero, raça, etnia, geração e orientação sexual, haja vista os assassinatos de ativistas das causas LGBTQI+ esta semana, que o ódio, preconceito, necropolítica, que amanhã, às doze horas e trinta minutos, aguardam todas no Tribunal do Júri, que o movimento feminista de Curitiba e Região Metropolitana luta para renomear o Terminal Rodoferroviário de Curitiba com o nome Rachel Lobo Genofre, que no momento em que revisam o Plano Estadual, devem pensar em políticas públicas que garantam condições de vida digna para as mulheres e menina, ela agradece a presença de todas e passa para o item dois; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** Pauta aprovada; item três; **3) Aprovação da Ata de Maio:** Ata aprovada; a conselheira Ana Cláudia solicita inversão do ponto de pauta nove e justifica que a Dra. Juliana que irá apresentar terá outra reunião e por essa razão pede para adiantar, a Conselheira Ana Raggio também solicita inversão do ponto sete qual irá apresentar e justifica que terá que participar de outra reunião às dezesseis horas, não havendo nenhuma oposição, ficou aprovado a inversão dos pontos nove e sete da pauta; item quatro; **4) Acompanhamento do Protocolo do DEPEN e andamento do PEAME:** A Dra. Ana Cláudia cumprimenta a todas, diz que a Dra. Juliana que é a Coordenadora das mulheres no CMP irá trazer as informações da PEAME e do protocolo, a Dra. Juliana cumprimenta a todas e diz que é um prazer participar da reunião e agradece a Dra. Ana Cláudia pelo convite, ela diz que tiveram uma produtiva reunião na semana passada no CMP e o Dr. Bruno passou a missão de acompanhar o Protocolo 17.391.518-7, que este protocolo foi originado no CMP solicitando à SESA a contratação dos profissionais de saúde, principalmente médicos, com o objetivo de melhorar as condições das gestantes no CMP, ela diz que foi pedido ao Dr. Bruno para realizar alguns ajustes e que ele está bastante otimista, que o Dr. Bruno tem o compromisso com essa demanda e que ele não irá desistir, ela diz que existem dificuldades mas, que estão comprometidos em solucionar todas essas demandas, que assim que possível gostaria de receber as conselheiras para que possam conhecer o trabalho que realizam e desmistificar algumas questões que são colocadas pela mídia, que trabalham comprometidos para proporcionar as mulheres condições melhores possíveis, para que possam ter a oportunidade de melhora de vida de forma que possam cumprir a pena com dignidade, para que elas possam sair melhores do que entraram e que conta com o Conselho no fortalecimento deste trabalho, a Dra. Ana Cláudia diz que a Dra. Juliana além de ser à Diretora da Penitenciária é Coordenadora Estadual de Política para Mulheres Encarceradas, a Dra. Juliana diz que foi convidada

para criar essa Coordenação Estadual de Política para às Mulheres Encarceradas e que a Alessandra que à Diretora irá assumir a PEAME, que a Coordenação e a PEAME irão trabalhar juntos, ela fala que a coordenação vai trabalhar para a efetivação da política e irão cobra dos gestores, que hoje tem mais de mil e quinhentas mulheres presas no Paraná e que esse número cresce assustadoramente, ela diz que quando o homem é preso a mulher abraça a família e tenta dar todo o suporte para o homem e que quando a mulher é presa a família se acaba, que o impacto social é infinitamente diferente, que precisam resgatar essas pessoas e dar oportunidade para que essa família continue existindo e de suporte para as mulheres presas, Silvana Rausis cumprimenta a todas e pergunta se tem os indicadores da causa das sentenças, que precisam trabalhar na prevenção, que se puderem ter acesso aos indicadores irá ajudar muito, a Presidente diz que se alguém tiver alguma fala que se inscreva para uma palavra rápida, Carmen agradece a presença da Dra. Juliana e diz que é gostoso quando pode tratar diretamente com a pessoa, que isso estabelece uma relação de confiança, ela diz que primeiramente quer esclarecer que na reunião com o DEPEN alguns profissionais se ressentiram, achando que estavam fazendo uma acusação contra os profissionais, que ela ficou com isso na cabeça e que não é essa mensagem que querem passar, que os esforços são no sentido de proteger as mulheres mas que querem não só ajudar a resolver o problema das mulheres mas, também, contribuir para fortalecer as equipes do CMP, ela diz que o segundo ponto a destacar é a necessidade de que o tema relativo às mulheres encarceradas conste do monitoramento do Plano Estadual e que se inicie a construção do Plano para o próximo período incluindo as propostas que estão sendo discutidas no PEAME, lembrando que o Plano Estadual de Políticas para as mulheres prevê o trabalho intersetorial, acrescenta que é preciso estar atento, pois muitas vezes o modo como os serviços se organizam para facilitar a solução de um problema não é necessariamente o melhor jeito de garantir o atendimento da clientela, como, por exemplo, para garantir o atendimento às necessidades das detentas gestantes, reuni-las todas num só local, facilita para a gestão, mas as retira do seu meio, dificultando o vínculo com a família, na medida em que dificulta as visitas, o auxílio por parte dos familiares, as notícias sobre a dinâmica familiar, assim, o desafio é como dar conta de prestar o melhor atendimento sem retirar direitos e o imprescindível vínculo com o meio para onde elas devem voltar depois, a Presidente lê o comentário da Dra. Janaína no chat, que pergunta se tem a previsão de datas para reuniões das tipificações, a Rede de Mulheres Negras solicita um relatório simples através do CMP com o quantitativo do quesito raça cor e qual a porcentagem encarceradas se contaminaram com Covid, a Dra. Juliana fala que geralmente sessenta de mulheres presas por tráfico, que muitas vezes elas são presas por ajudarem seus companheiros e quando o companheiro ou irmão é preso elas acabam assumindo o lugar deles no tráfico e em seguida também acabam sendo presas, que na PFP dez por cento são presas do seguro, que são crimes rejeitados pela massa carceraria, que normalmente são crimes contra liberdade sexual, de violência contra crianças ou pessoas idosas, que tem três contêineres adaptados onde tem trinta e oito mulheres encarceradas por crimes dessa natureza, elas ficam separadas porque são hostilizadas e correm risco contra sua integridade física, que vinte por cento são crimes como estelionato, contra o patrimônio,

roubo ou furto, que na verdade furto é muito pouco pois é uma pena baixa, que tem que ser muito reincidente para ficar presa por furto, que das presas quem tem hoje na PFT sessenta e cinco por cento são condenadas, que as outras trinta e cinco por cento são presas provisórias e que isso dificulta a atuação jurídica, que normalmente as presas gestantes passam a gestação no CMP e assim que elas dão à luz, são encaminhadas para a PFT, que assim que elas chegam imediatamente são atendidas e é feito encaminhamento para o trabalho com a infância, que as vezes também comunicam o juízo da execução sobre a chegada dessa detenta e que as vezes conseguem permissão para cumprimento de pena domiciliar para que possam cuidar dessa criança em um ambiente familiar, que hoje na PFT tem quatro mães com bebês, a Dra. Juliana diz que não tem conhecimento de que alguém tenha ficado ofendido na reunião com o DEPEN a qual a Carmen citou, ela diz que já existe uma transição para a Dra. Alessandra assumir a PEAME e que podem ficar em contato para alinharem as políticas de elaboração do plano, que estão numa fase de coletas de dados para o plano, que o DEPEN Nacional orienta através da PNAME, ela diz que a PNAME contratou uma consultora para poder ajudar na elaboração, que já realizaram uma reunião para fazer a compilação e a próxima fase é a reunião com os demais setores, que em relação a Covid, tiveram vinte e três mulheres contaminadas no ano passado e que de lá para cá não tiveram mais nenhuma, que naquela ocasião tiveram um surto e que graças a uma amizade que construíram com a UFPR conseguiram uma parceria com o departamento de veterinária para tentar diminuir a população de gatos, que por conta disso conheceram o professor Diogo e ele trouxe um projeto de um aluno que pesquisava sobre a proliferação de doenças e zoonoses e que participaram dessa pesquisa e por conta disso fazem testagens regularmente, que sempre que uma presa chega já realizado todo o protocolo para evitar a contaminação do Covid, que adotaram inúmeros protocolos de segurança para não terem nenhum outro surto, que no momento apenas uma funcionária está afastada em decorrência da Covid, ela diz que acha que já passaram a pior fase e que não tiveram mais nenhum problema referente a Covid, a Presidente agradece a presença da Dra. Juliana e diz que espera ter ela outras vezes nas reuniões, a Dra. Juliana agradece a Dra. Ana Cláudia pelo convite e se coloca a disposição do CEDM, não havendo mais nada a tratar neste item a Presidente passa para o próximo ponto de pauta; item cinco; **5) Monitoramento do Plano – SEJUF/DH:** A Conselheira Ana Raggio inicia a apresentação do monitoramento do plano dizendo que em outros momentos que foi elaborado o plano apenas as ações relacionadas aos tráfico de pessoa entraram, que na época o DEDIF era representado no CEDM pela Dra. Silvia Xavier que é a Coordenadora do Departamento do Tráfico de Pessoas, sobre o objetivo 2.6 de Produção de informações para maior efetividade das políticas públicas, com a ação 2.6.5 de Sistematizar e disponibilizar em ferramenta de Business Intelligence (BI), informações dos registros de denúncias de mulheres vítimas do tráfico de pessoas, com meta de produção de um relatório analítico anual, que a Dra. Sílvia entende que essa é uma ação cumprida, pois, o NETP faz relatório de prestação de contas ao Ministério da Justiça e faz apresentação destes relatório anualmente, que ela entende que deve ser mantida essa ação no próximo plano, sobre o objetivo 3.2 de qualidade e integralidade no atendimento

à mulher vítima de violência, tem-se a ação 3.2.4 articulação para criação do posto avançado de atendimento humanizado às mulheres vítimas de tráfico de pessoas, que este atendimento seria na região de Foz do Iguaçu por ser uma região de fronteira onde o tráfico de pessoas é maior e que essa ação depende do município e a informação é que está em fase de estruturação legal a criação deste posto avançado, que ela entende pela manutenção da ação no próximo plano, uma vez que existem tratativas também com outros municípios sobre sensibilização e reeducação para interrupção do ciclo de violência, acerca da ação de fomentar campanhas publicitárias nos municípios paranaenses divulgando informações e conscientizando a sociedade sobre exploração e tráfico de pessoas, informa que todos os 399 municípios aderiram às ações anuais no mês de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que o último objetivo do monitoramento que trata da promoção da intersetorialidade do desenvolvimento de ações de enfrentamento à violência e à cultura da paz, que a ação era instalar a comissão de enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo estando em tramitação na SEJUF a reestruturação da Comissão por meio de nova normativa no Paraná garantindo pontos intersetoriais sistemáticos, visando a prevenção e o atendimento as vítimas direta ou indireta, com uma comissão implementada até dois mil e dezoito, que foi revogada a legislação que criava a comissão de enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo, ela diz que atualmente tem dentro da SEJUF o Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania, que agora esta sob a chefia da Dra. Ângela Mendonça, ela diz que o departamento tem duas assessorias técnicas que é desempenhada por ela e por mais uma servidora, que tem três divisões e um núcleo de assessoramento aos conselhos, que tem uma divisão de proteção as pessoas cuja a responsável e a Nathália que trabalha com o programa criança e adolescente protegidos com o programa PROVITA que trabalha com política de proteção às vítimas de abuso sexual e que essa está iniciando com o Conselho de Proteção a Vítimas de Abuso Sexual, ela diz que a outra divisão é de Políticas de Igualdade Étnico-Racial e que congrega a política para igualde racial, a política de imigrantes e refugiados e a política para povos indígenas e comunidades tradicionais e que tem a Divisão de Defesa de Direitos Humanos de responsabilidade dela e que tem o Núcleo de Assessoramento aos Conselhos, ela se coloca à disposição para as perguntas, a Presidente solicita que se inscrevam no chat, Carmen pergunta o que seria as campanhas anuais, Ana Raggio explica que existem campanhas anuais de intervenções e mobilizações de divulgação do tráfico de pessoas, a Presidente diz que para ela ficou bastante vaga a apresentação, como por exemplo a questão do relatório que elas sabem que foi feito mas não sabem quais as informações, ela pergunta o que especificamente tem sido feito nos municípios, que as informações que foram apresentadas não mostra com clareza as ações, ela diz que precisam ter informações que digam o que realmente está sendo feito, a Presidente diz que gostaria de saber a opinião das conselheiras sobre o entendimento com relação à apresentação, Silvana Rausi diz que concorda com a Presidente num sentido mais amplo, do que está acontecendo com as mulheres da comunidade, qual seria a relação dessas campanhas com as comunidades, a Presidente solicita que tenha mais aprofundamento dessas ações, que precisam saber da pessoa que está atuando diretamente nesta área, que a pessoa

pudesse aprofundar essas informações e que pudesse trazer ao conselho, Ana Raggio diz que irá levar essas informações para a Dra. Sílvia para que ela possa trazer na próxima reunião do Conselhos, não havendo mais a tratar, a Presidente passa para o próximo ponto de pauta; item seis; **6) Informes da Secretária Executiva:** A secretária informa que a conselheira, vice-presidente Mara Sperandio encaminhou por e-mail a justificativa de ausência e que a sua suplente, a conselheira Tania Domingues está de férias e que por essa razão a Silvana Farah quem irá representá-la e quem irá apresentar os informes do departamento, a secretária fala da resposta do protocolo: 16.489.986-1 e informa que o mesmo foi encaminhado por e-mail para todas as conselheiras no dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte um, não havendo mais para informar, a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item sete; **7) Informes da Chefe do DGDM:** Silvane Farah cumprimenta a todas e explica que a Conselheira Mara está numa reunião no Palácio e essa reunião será das treze até às dezoito horas, ela diz que estão colocando os pontos finais da planilha do monitoramento do plano e que assim que terminarem já estará passando ao conselho pois a apresentação do plano já foi realizada no mês passado, ela diz que a Mara pediu para avisar que no sábado acontecerá uma carreata em parceria com o Rotary Club para a arrecadação de alimentos, feijão, arroz e macarrão, para as mães da maternidade Mater Dei e para chamar a atenção para o fato que tem mães precisando de alimento, que seria importante o apoio do Conselho com o uso da logo no “banner” de divulgação da carreata, a Presidente diz que a Mara entrou em contato com ela para pedir autorização do uso da logo do CEDM e que ela disse que isso teria que ser deliberado em plenária e abre para as conselheiras votarem se aprovam ou não o uso da logo, a Rede de Mulheres Negras pergunta sobre as doações de alimentos, se é só os que foram especificados, Silvane diz que esses foram os alimentos que foram passados mas que acredita que podem doar outros alimentos também, Carmen pergunta se essa é uma ação única, Silvane diz que essa é uma ação pontual do mês do dias das mães, a Rede de Mulheres Negras sugere que se aprovarem o uso da logo que solicitem uma prestação de contas ao CEDM, Silvana Rausis diz que essa é uma ação que deve ser ampliada a divulgação, que é importante ter a expansão, Silvane diz que ainda precisam ter a aprovação da comunicação, Sivana Rausis diz que devem mesmo ter a prestação de contas, que isso é importante para a transparência junto da sociedade, Tânia Castro pergunta no chat o roteiro e horário da carreata, Silvane diz que a carreata será sábado e que sai às quinze horas da praça do expedicionário e segue até o Rotary do Haú, que chegando lá farão as doações e que podem solicitar o resultado efetivo da ação, que assim que a comunicação autorizar o “banner” passa para a secretária para divulgação, a Presidente pergunta se podem aprovar o uso da logo e não havendo desaprovção, o uso da logo fica aprovado com as ressalvas da prestação de contas e não havendo mais a tratar ela passa para o próximo ponto da pauta; item oito; **8) Eleições do CEDM:** A Presidente diz que tinha pedido para o departamento fazer essa apresentação, que precisam falar sobre isso, que a Mara achou muito cedo para falar dessa questão, ela diz que precisam falar desse ponto pois este ano precisam realizar a eleição e precisam ver como vão realizar, ela diz que precisam deliberar se irão realizar a eleição mesmo com a pandemia ou se vão prorrogar o mandato, que as novas entidades devem tomar posse

em setembro e que essas questões burocráticas demandam um tempo, que precisam constituir uma comissão e que por essa razão abre para inscrição para este debate, Sivana Rausis diz que a entidade dela também estava vencendo o prazo e que existe um decreto que abrangeu condomínios e associações, que ela foi ao contador e ao cartório e o cartório disse que com a pandemia tem que evitar e que o procedimento é prorrogar, que essa prorrogação tem amparo legal, que fazem um comunicado e divulgam um mês antes, se for tomada a decisão em consenso, que se houver mudanças podem convocar as eleições, mas se ainda estiver igual que podem prorrogar, a Presidente pergunta a Silvana Rausis se ela tem o número do decreto, Silvana diz que tem e que irá enviar por e-mail, a Presidente diz que isso é muito importante para comunicar aos cartórios que são bem criteriosos com essas questões, Silvana Rausis diz que em Londrina foi prorrogado dessa forma, a Presidente diz que talvez pudessem fazer uma consulta para saberem legalmente em que estão amparadas, a Presidente pergunta se a Silvane Farah poderia realizar essa consulta para saberem em que estão amparadas se tomarem essa decisão, Silvane diz que sim, Carmen lê a fala da Conselheira Ana Raggio no chat, Ana Raggio escreve que a Procuradoria Geral do Estado tem entendido que a prorrogação do mandato só é possível se tiver dispositivo de prorrogação na lei de criação dos conselhos, que outros conselhos já tentaram prorrogação de mandato dessa forma e que esse decreto não é do conhecimento dela, a Presidente pergunta se podem aprovar este encaminhamento da consulta para que não incorram em alguma inconstitucionalidade, Carmen diz que se houver possibilidade de adiamento deveriam avaliar e já decidir, a Presidente diz que podem aguardar para a próxima reunião quando tiverem mais subsidio já que iniciaram cedo essa discussão e que podem aguardar e se mais alguém tiver mais informações podem trazer no grupo, não havendo mais nada a tratar sobre essa questão ela passa para o próximo ponto da pauta; item nove; **9) Apresentação sobre Mortalidade Materna:** Carmen diz que na reunião do Comitê de Mortalidade Materna foi apresentado a conclusão do Regimento Interno do Comitê e que ela fez algumas ponderações em relação da avaliação se estão cumprindo com o que esta previsto no próprio Regimento do Comitê e que na avaliação dela o Comitê ainda não tem aprofundado essas discussões e que as reuniões acontecem a cada três meses, que o Comitê ainda está muito ineficiente, que ela pediu para a Carol que faz parte do Comitê para fazer essa apresentação que é a mesma que foi apresentada na reunião do Comitê, a Conselheira Carolina cumprimenta a todas e diz que é enfermeira obstetra de formação e que na SESA e responde pela Divisão de Atenção à Saúde da Mulher, que participou da reunião do Comitê e agradece pelo convite para apresentar e com relação as colocações da conselheira Carmen ela concorda com algumas coisas e quer colocar algumas considerações, que elas tem um histórico do Comitê na SESA e que ela acredita que dentro da transição que ocorreu ainda estão em processo de mudança e como todo o processo de mudança ainda tem muito apego pelo processo que existiu e que ainda terão muita resistência neste processo, que hoje o olhar do Comitê é mais ampliado, que acredita que ainda vai melhorar mas que ainda estão em processo de mudanças, que veio a nova resolução e que responde a todas as legislações vigentes e que traz mudanças, que embora tenha vindo a pandemia estão conseguindo cumprir as agendas,

ela diz que concorda que precisam sentir uma identidade do Comitê mas que ao mesmo tempo não sente ausência, que tem varias ações que estão sendo realizadas em conjunto com o Comitê, com a participação do NUDEM, ABEN, ABENFO que são pessoas que compõe as ações e que são algumas reflexões, ela diz que a apresentação não é a mesma que foi realizada na reunião do Comitê e se a Carmen desejar ela pode encaminha aquela por e-mail, ela diz que na apresentação irá falar de número absoluto, em algum momento irá falar de porcentagem e em algum momento irá falar de razão, que a razão muitas vezes vai lá em cima mas o número é absoluto, que vai trazer as características da Covid, que as gestantes e puérperas são grupos de riscos, que de um a cinco por cento podem apresentar desde casos assintomáticos até quadros graves e potencialmente fatais, mas como a transmissibilidade está muito alta se tem muito mais números absolutos de morte materna, que era de 17 em 2020 e nessa apresentação são vinte e seis, que ela esta trazendo a análise e as ações da SESA, os instrumentos que são utilizados para as ações de educação permanente, ações voltadas para capacitação das equipes, a organização da rede de cuidado, manejo da Covid, estratificação de risco e todos os instrumentos que são usados na linha de cuidados específicos, ela diz que no número de mortes por Covid em relação a ter ou não ter comorbidade ficou meio a meio, que tanto gestantes e puérperas com ou sem comorbidades são grupos de risco para Covid, o terceiro trimestre de gestação e puerpério são as fases que mais ocorreram óbitos e também os condicionantes quanto a escolaridade, raça e cor, ela apresenta as ações que a SESA tem desenvolvido e que são voltadas as gestante e puérperas com relação ao Covid-19, a Nota Orientativa nº 9/2020, que “Orientações às Equipes e Profissionais dos Pontos de Atenção da Linha de Cuidado Materno Infantil durante a emergência em Saúde Pública Coronavírus COVID-19”, a “Live” “Terça Tece Linha” que ocorreu em treze de abril de dois mil e vinte, Terça Tece Linha: estratificação de Risco e Manejo da COVID-19 em gestantes e puérperas, Reuniões semanais do Grupo Técnico de Agilização e revisão do Óbito (GTARO) - priorização dos óbitos maternos/COVID-19, Comitê de Prevenção Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, ações conjuntas com Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher- Defensoria, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, ABEN e ABENFO, monitoramento Near Miss Materno e ação imediata, articulação conjunta com COSEMS-PR, youtube esprr virtual: capacitação em puericultura, Comitê Estadual de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar, Comitê Estadual STORCH Z+HIV, revisão estratificação de risco gestacional e da criança até dois anos, as ações conjuntas - Ministério da Saúde: Discussão Técnica macro regional de casos em manejo, Near Miss materno ou óbito materno por COVID-19, Uso da Nota Orientativa nº 13 de 2020/SE/GAB/SE/MS, Portaria nº 3.186 de vinte e seis de novembro de dois mil e vinte: equipamentos no contexto emergencial, Portaria GM/MS nº 731, de 16 de abril de 2021: ações estratégicas de pré natal, parto e pós parto durante a pandemia, ela traz os hospitais municipais com recursos contemplados pela Portaria nº 3.186: hospital municipal de Guaratuba R\$164.742,00, maternidade municipal Humberto Carrano R\$359.988,00, hospital municipal de Araucária R\$530.633,00, hospital municipal Carolina Lupion R\$164.271,00, hospital municipal Prefeito Quinto Abrão Delazeri R\$164.962,00, unidades próprias com recursos contemplados pela Portaria nº 3.186:

hospital regional do litoral R\$493.726,00, complexo hospitalar do trabalhador R\$405.933,00, hospital regional do sudoeste Walter Alberto Pecoits R\$380.481,00, Nota Técnica Nº 467/2021 CGPNI/DEIDT/SVS/MS, Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID19,2021, Vacinação de pessoas com comorbidade, deficiência permanente, gestantes e puérperas, Fase I: Gestantes e puérperas com comorbidades, independentemente da idade, Fase II: Gestantes e puérperas independentemente de condições pré-existent, respeitar intervalo de no mínimo quatorze dias em relação a demais vacinas e os dez passos para prevenção da mortalidade materna por Covid, ela agradece e diz fica a disposição para tirar dúvidas, Carmen diz que em relação as medidas, algumas coisas que preocupam é que em alguns municípios diminuíram muito os agentes de saúde na atenção primária onde fazem o trabalho mais próximo, que existia uma linha nas unidades de saúde onde as pessoas tinham um atendimento mais próximo e que agora estão fechando unidades de saúde, que talvez pudessem colocar um incentivo para capacitação das redes locais, movimentos sociais e fornecimento de equipamentos para as gestantes, que isso poderia ser abraçado pelos municípios, Carolina diz que isso que a Carmen trouxe não é descabido, que fizeram uma reunião com o COSEMS/PR que representa todos os Secretários municipais de saúde, para fazer essa pergunta, mas que não cabe a eles darem essas respostas pois os gestores municipais tem responsabilidade nisso, ela diz que trabalham dentro deste monitoramento, que a Portaria do Ministério veio como complemento as ações de atenção primária à saúde, que teve o aporte enquanto financiamento, que teve as instruções da SESA, que o Comitê de alguma forma esteve em todas as ações, que puxando todos os gestores precisam ver onde irão agir, que precisam ver a comunicação que deve ser feita para atender as mulheres e que isso foi provocado aos gestores para que eles falem o que vem sendo feito, Silva Rausis parabeniza a Carol e a Carmen e diz que devem chamar os gestores para ver de que forma os recursos estão sendo aplicados e o que os gestores estão fazendo para melhorar as condições das suas comunidades, que precisa ter uma comunicação direta que assegure o direito das mulheres, que tudo isso precisa ser visto por todos em um conjunto de ações, que precisam fortalecer os movimentos e as ações, a Presidente diz que a Carmen é a representante do CEDM no Comitê e que todas podem encaminhar ideias para o Conselho que a Carmen irá levar para as reuniões do Comitê, que isso é extremamente fundamental neste momento, Carolina fala que hoje saiu uma matéria sobre a suspensão da vacinação AstraZeneca para gestantes, ela fala que precisam de um parecer oficial da ANVISA, que essa nota técnica ainda não foi enviada para os estados oficialmente, Carmen pede que a Carol compartilhe a apresentação com as conselheiras para que se faça chegar aos escritórios regionais e aos municípios, Carol diz que irá encaminhar para o Conselho para que seja compartilhado com todas, a Presidente observa se tem mais alguma manifestação e não havendo ela passa para o próximo ponto da pauta; item dez; **10) Solicitação de dados – RMN-PR:** A Presidente solicita que a secretária Fernanda faça a leitura do ofício 09/2021 da RMN, após a leitura a Rede de Mulheres Negras diz que no item três do ofício já foi contemplada e solicita que seja encaminhado e-mail ao DEPEN e SEED solicitando as informações, a Presidente solicita que a secretária faça estes encaminhamentos, não

havendo mais a tratar ela passa para o próximo ponto da pauta; item onze; **11) Informes Gerais:** Carmen informa que teve uma reunião da comissão de fortalecimento dos conselhos e que dessa reunião saiu dois encaminhamentos, que foi feito levantamento dos ofícios que já tinham sido enviado a SESP e que em cima destes ofícios foi elaborado uma minuta de ofício para ser enviado a SESP solicitando os dados, que quando entram no site da SESP não tem nenhuma tabela com estes dados atualizados que contenham sexo e idade, pois, essas informações são importantes para as políticas públicas e por essa razão será solicitado nova agenda com a SESP, que é mais uma tentativa de melhoria da informação, que um segundo ponto é que existe uma série de materiais já produzidos para oferecer para os municípios, que precisam orientar os conselhos sobre o processo de eleição, que alguns conselhos atrelam as eleições ao processo de conferência, a Presidente pede para realizar a leitura da minuta do ofício que será encaminhado a SESP para apreciação e aprovação das Conselheiras, a Dra. Ana Cláudia diz que já havia feito uma solicitação buscando essas estatísticas, que chegou a se reunir com o representante do setor da SESP e que ele já iniciou uma mobilização para ter esses dados e que acredita que até o final do ano terá um boletim, que muito em breve terá esses dados estatísticos e que o ofício proposto é mais voltado para a elaboração do plano, que conforme for recebendo as informações vai repassando, a Presidente diz que é importante que exista esses outros caminhos, que dependem muito desses trabalhos, a Presidente abre para aprovação da minuta do ofício e não havendo nenhuma manifestação em desacordo a minuta fica aprovada, a Presidente solicita a secretária que faça o encaminhamento do ofício e observa se existe sobre este ponto e não havendo ela passa para o próximo ponto da pauta; item doze; **12) Palavra das Conselheiras:** A Presidente abre para a palavra das conselheiras, Márcia Neves diz que quer deixar o pesar e repúdio com o que aconteceu no julgamento da Tatiane no tribunal com o advogado e que fica feliz que o Conselho se posicionou, ela diz que havia pedido fora de tempo um ponto de pauta e que compreende a questão da organização do Conselho, que ela gostaria de deixar como uma comunicação um estudo que encomendaram com um grupo de cientista, que vê com muita preocupação o processo da pandemia e com muito mais preocupação o retorno das aulas, que o Secretário de Educação tomou essa decisão baseado em critérios nada científicos e com o respaldo do governador, que o estudo mostra que pelo menos setenta por cento da sociedade tem que estar vacinada para que haja o retorno das aulas, ela diz que com o retorno das aulas todos estarão em risco, que querem realizar a volta as aulas com segurança e que não existe protocolo seguro para uma cepa que esta indo para a quarta mutação e pede ajuda para que se faça essa intervenção, que não podem pagar para ver, que a rede estadual não tem estrutura para o retorno das aulas neste momento, que o estudo traz que o retorno das aulas irá agravar a terceira onda da pandemia que já iniciou, a Presidente agradece as colocações e diz que é muito importante que essas informações sejam trazidas para o Conselho, Carmen pergunta como esta a vacinação dos professores, Márcia diz que muitos professores foram vacinados por serem da faixa etária de sessenta anos e acima de sessenta, mas o que foi prometido pelo governador não foi cumprido e que ela não entende o motivo do retrocesso da palavra, Carmen fala que é importante que este seja

um ponto de pauta na próxima reunião, Márcia diz que irá solicitar a pauta, a secretária esclarece que sobre a solicitação da pauta que a Márcia enviou anteriormente, que recebeu por e-mail mas que já tinha se encerrado o prazo para envio de pauta e iniciado o processo de convocação, a Presidente fala da importância das ações de solidariedade e que muitas pessoas só estão comendo graças a essas ações de solidariedade, a Presidente observa se existe mais manifestações de palavras e, não havendo mais nenhuma manifestação, ela se despede, agradecendo a participação de todas, dando encerramento a Reunião Ordinária. Esta ATA foi degravada pela Secretária Executiva, Fernanda Marchione e, será encaminhada as conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada e publicizada no site do CEDM/PR. DOE: 10872.